

“BRASIL, MEU BRASIL BRASILEIRO”

O título deste trabalho toma de emprestado o verso que Ari Barroso usou para abrir sua música “Aquarela do Brasil” na qual faz uma espécie de declaração de princípios. Pretendo aqui, entretanto, traçar um percurso de uma noção de “Brasil” e “Brasileiro” presente no que se afirma ser este país e seus habitantes. Neste artigo vou utilizar material empírico coletado em veículos de comunicação de massa tanto de circulação nacional, a revista “ISTO É”, quanto local, o jornal “O Povo”. Também, usarei os resultados de um conjunto atual de pesquisas sobre migrações internacionais de brasileiros para os Estados Unidos, a partir da década de 80.

A revista “ISTO É” tem uma seção denominada Gente que funciona como a coluna social da revista. Nessa sessão aparecem basicamente registros sobre as celebridades da moda, da música, do cinema bem como referências a algum acontecimento de destaque da semana. Na seção Gente do dia 08 de setembro de 1999 há uma nota que diz “*A Cara do Brasil*” e, ocupando toda a sua extensão, está a fotografia da cantora Elsa Soares (62 anos, natural do Rio de Janeiro). Ao lado dessa foto, há um texto que informa a participação da cantora no projeto Milenium Concert, idealizado e produzido pela BBC de Londres, no qual foi eleita a artista do Milênio do Brasil. O texto prossegue esclarecendo que a

LÚCIA ARRAIS MORALES*

RESUMO

O artigo discute questões da cultura brasileira. Toma como ponto de partida a análise de uma notícia na “Revista Isto é” dando conta de um evento programado para festejar a chegada do terceiro milênio. Examinando as noções de Brasil e Brasileiro. Este trabalho demonstra como estas categorias estão atravessadas por uma concepção racial.

* Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará.

partir do dia 12 de setembro (1999), a cada mês, a rede britânica de televisão transmitirá para todo o mundo dez artistas *escolhidos a dedo pela emissora para representar seu país*. E termina com uma declaração de Elsa Soares na qual ela não apenas *promete* incluir a música *Aquarela do Brasil* no seu recital, como também, afirma que essa canção *É a minha cara. A cara do Brasil*.

Além do curioso fato de se atribuir a um país 500 anos de existência e ele produzir, nesse intervalo de tempo, alguém que represente um milênio, três pontos se destacam. Primeiro, o método utilizado para selecionar os cantores que iriam compor a categoria artista do milênio: “*escolhidos a dedo*”. Isto significa que os realizadores promoveram uma seleção fina, rigorosa e criteriosa. O segundo ponto diz respeito aos objetivos de tal seleção: ela visa destacar alguém para “*representar*” seu país. Isto é, aparecer como a imagem dos habitantes de um determinado território. O terceiro ponto é o fato de a cantora dizer que promete cantar uma determinada canção. Isto significa atender a uma expectativa em torno do repertório musical que representará o Brasil. Com isso, ela remete para uma suposta unanimidade em torno de uma canção que seria percebida por todos os brasileiros como expressão de sua brasilidade. Além disso, Elsa

Soares se coloca e é colocada como a legítima representante desse país. Tanto sua pessoa quanto a música escolhida são vistas como a cara, o rosto, a face dos indivíduos e grupos que habitam um território descrito como Brasil. Em outras palavras, elas funcionam a semelhança de uma carteira de identidade. Documento que, obrigatoriamente, exhibe, uma fotografia do rosto, da cara de alguém. Portanto, com esses três pontos se vai construindo um discurso daquilo que é suposto crer ser a essência do povo brasileiro e, por causa disso, será apresentado para todo o mundo através da BBC.

Mas por que Rita Lee não é a cara do Brasil? Cássia Eller? Marina Lima? Zélia Duncan? Gal Costa? Maria Betânia? Antes de procurar essa resposta é melhor examinar os versos da "Aquarela do Brasil" que dizem o seguinte:

"Brasil/ meu Brasil brasileiro/ meu mulato inzoneiro/ vou cantar-te nos meus versos/ o Brasil, samba que dá/ bamboleio que faz gingar/ o Brasil do meu amor/ terra de nosso Senhor/ Brasil, Brasil/ Pra mim, pra mim/ ôi! abre a cortina do passado/ tira a mãe preta do cerrado/ bota o rei-congo no congado/ Brasil, Brasil/ Deixa cantar de novo o trovador/ a merencória luz da lua/ toda a canção do meu amor/ Quero ver a Sá dona caminhando/ Pelos salões arrastando/ o seu vestido rendado/ Brasil, Brasil/ Pra mim, pra mim/ Oh! ôi essas fontes murmurantes/ ôi onde eu mato minha sede/ e onde a lua vem brincar/ oh! esse Brasil lindo e trigueiro/ És meu Brasil, brasileiro/ Terra de samba e pandeiro/ Brasil, Brasil/ Pra mim, pra mim".

Essa música inicia afirmando que há um Brasil brasileiro. Isto supõe a existência de um Brasil que não é brasileiro. Ou seja, está implícito de que há duas modalidades de Brasil. Mas é sobre a primeira que o autor se detém e, para tanto, indica o que possibilita o Brasil ser brasileiro. Nesse sentido, não é apenas a condição de mulato, mas também, de inzoneiro. Inzoneiro no sentido de manha, de jogo de cintura, enfim, de flexibilidade adaptativa. Este atributo não se reduz à conotação de "jeitinho", isto é, a noção de levar vantagem, ignorar de forma reativa as regras ou explorar o outro. Ao contrário, aponta para a habilidade de descortinar saí-

das frente ao adverso, aos obstáculos e aos momentos difíceis. Nesse sentido, inzoneiro é aquele que não se deixa aprisionar na dimensão da tragédia e prefere escapar para a vida. Assim, ao falar "*Brasil brasileiro*", ele se dirige para as fontes de vitalidade existentes nesse país. Ari Barroso firma nessa direção e conclui essa canção da forma como iniciou reafirmando que "*esse brasil lindo e trigueiro é meu brasil brasileiro*". Portanto, não é apenas uma exaltação da mestiçagem, mas de um tipo específico: o mulato. Nessa música o mestiço oriundo das relações entre brancos e índios não aparece. Ou seja, não se fala do caboclo, ou sertanejo ou caipira. Fala-se do começo ao fim em mulato. Além disso, elege-se o samba como o ritmo musical por excelência. O que permite perguntar se outros ritmos como o forró e o carimbó, por exemplo, também não fariam gingar e bambolear o corpo?

Aquarela do Brasil foi escrita em 1939 por Ari Barroso. Nesse momento, o país atravessava o regime do Estado Novo no qual um vigoroso vetor nacionalista estava presente. É o momento em que se pretende forjar um novo país, um novo brasileiro para responder positivamente à direção que estava sendo imposta. O "trabalhador nacional", leia-se a massa de mestiços, antes considerado inapto para operar numa economia capitalista e industrial é alçado, nos anos 30 deste século, a atributos para desfazer essa crença. Se no "Os Sertões", obra do início deste século e circunscrita ao contexto da Primeira República, Euclides da Cunha relaciona a mestiçagem com uma visão sombria acerca das possibilidade de o Brasil vir a se constituir como uma nação de envergadura, na década de 30, mas precisamente em 1933, Gilberto Freire em Casa Grande & Senzala vai na direção contrária. Freyre conduz seus argumentos para produzir um efeito de positividade sobre o mestiço. É oportuno ressaltar que durante o Estado Novo buscava-se definir as raízes do Brasil, a brasilidade. Procurava-se construir um discurso que definisse o ser brasileiro e, com isso, fizesse um Brasil avançar sobre o Brasil,

ou seja, produzisse uma homogeneidade, uma unidade. É de dentro desse contexto que surge a música Aquarela do Brasil. Além disso, há outro elemento importante. Ela passa a ser bastante executada no momento em que o Brasil estabelece a aliança com os Estados Unidos, em 1942. Nesse instante, o governo americano instala um *bureau* de assuntos culturais, dirigido por Nelson Rockefeller, e investe massivamente num intercâmbio cultural. Vinham para cá e iam para lá escritores, artistas, professores universitários e estudantes. Entre os que foram estão Érico Veríssimo e Carmem Miranda. Entre os que vieram, está o cineasta Orson Wells que faz, inclusive, filmagens no Ceará e cuja produção foi quase toda vetada pelo governo americano. Além dele, vem Walt Disney e desenha o personagem Zé Carioca: um papagaio falante, inzoneiro e natural do Rio de Janeiro. Assim, para compor a sua galeria de personagens e montar Histórias em Quadrinhos que tivessem ressonância com o que julgava ser o povo brasileiro, Walt Disney escolhe o papagaio e o associa ao exótico e ao Rio de Janeiro. Assim, no momento de efervescência do Estado Novo exalta-se o mulato, elege-se um estilo de música, o samba e reafirma-se um lugar do Brasil, o Rio de Janeiro.

Elsa Soares é mulata, carioca e sambista. Portanto, nela estão reunidos todos os elementos básicos que fundam essa noção de brasilidade. Além do que, e não menos importante, ela tem 62 anos. Esta senhora, por conseguinte, se desenvolveu no interior do espírito dessa época. Foi socializada dentro de suas estruturas, adquiriu um *habitus*, ou seja, uma disposição permanente para sentir, agir e pensar de uma determinada maneira.

Mas como explicar que migrantes brasileiros nos Estados Unidos na faixa etária dos 30 anos também adotem o samba e o Rio de Janeiro como os elementos que os singularizam enquanto indivíduos portadores da cidadania brasileira? Em sua recente pesquisa sobre brasileiros na cidade de São Francisco, na Califórnia, Gustavo Lins Ribeiro (1996) mostra como a identidade destes migrantes

está subordinada a um conjunto de estereótipos sobre o Brasil. Ele analisa festas, *shows* e desfile de carnaval. Esse último é denominado de “Carnaval Parade” e se encontra entre um dos maiores festivais multiculturais dos Estados Unidos. Faz, inclusive, parte do calendário cultural de São Francisco no qual estão presentes uma diversidade de estilos musicais. Nele se apresentam grupos da Bolívia, Bulgária, Cabo Verde, Cuba, Espanha, Filipinas, Jamaica, Japão, Haiti, Itália, México, Panamá, Porto Rico e Trinidad Tobago.

Ribeiro chama atenção para o fato de que os grupos brasileiros e os caribenhos são os maiores, mais freqüentes e os que produzem um maior clímax não apenas pelo o ritmo, pelas fantasias e pela coreografia, mas também, pelo que o público considera como “entusiasmo” e “sensualidade” das mulheres brasileiras. Além disso, Ribeiro encontrou um dado curioso. Em São Francisco, predominam brasileiros oriundos do estado de Goiás e seus modos de representar o Brasil não estão ligados a um “*estado rural, do centro-oeste, onde gado, cerrado, piqui, rio Araguaia e música country supostamente seriam os elementos construtores de sua identidade*”. Ao contrário, eles lançam mão de elementos subordinados basicamente a uma matriz carioca, apontando, com isso, que o Rio de Janeiro funciona como a fonte de representação que prevalece nesse país. Sobre isso, é bom lembrar que, a partir de 1763, o Rio de Janeiro passou a ser a sede da administração colonial, e em seguida, dos governos imperial e republicano. Foi, portanto, durante quase dois séculos o centro do poder político e administrativo desse país. Além disso, e tão importante quanto se constituiu como um ponto de convergência e difusão da cultura brasileira. Daí a importância do Rio de Janeiro como emblema nacional. Se os promotores do Millenium Concert escolheram a carioca e sexagenária sambista Elsa Soares para representar o Brasil, os migrantes brasileiros, em São Francisco, na faixa etária dos 30 anos também escolhem o Rio de Janeiro para expressar sua brasilidade.

Além dos resultados dessa pesquisa que, junto com a reportagem da “ISTO É”, apontam para elementos comuns, há um outro dado que eu gostaria de apresentar. O Jornal O Povo trouxe uma matéria, no dia 30 de setembro de 1999, sobre o lançamento do livro “*Brasil, A Europa dos Trópicos*” do Professor Caio Lóssio Botelho, professor titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará. Nessa reportagem, o autor dá uma entrevista explicando que seu livro trata da colonização portuguesa no Brasil. Numa determinado ponto, ele faz a seguinte comparação entre Brasil e Estados Unidos:

“Existe no Brasil algo inusitado que não aconteceu lá fora. O português incentivou o cruzamento de diversas raças. Não como nos EUA, onde o cruzamento só existiu entre um grupo racial: o caucasóide. Entre alemães, ingleses, holandeses. A população branca marginalizou a população negra, destruiu a população indígena. No Brasil, o português incentivou o cruzamento da população branca, negra e indígena. Daí por que somos a maior nação mestiça do planeta. O país se superpõe numa harmonia tão perfeita que foi incapaz de fragmentar a nossa unidade política”.

Ao comparar Brasil e Estado Unidos, o Prof. Botelho o faz através da variável mestiçagem e coloca nela a razão de ser da unidade política brasileira. Além disso, a mestiçagem é um fator que singulariza o Brasil e o coloca na posição da “*maior nação mestiça do planeta*”. Essa posição do professor Caio Lóssio também está desenvolvida por Gilberto Freyre em “*Casa Grande & Senzala*”. No capítulo de abertura que tem por título “*Características Gerais da colonização portuguesa do Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida*”, Freyre faz um elogio à colonização portuguesa no Brasil e procura introduzir no leitor o orgulho por ter como herança um povo cujo traço fundamental é sua plasticidade. Em outras palavras, seus argumentos destacam a colonização portuguesa por sua capacidade em criar formas de adaptação expressas através de uma acentua-

da disposição para explorar novos espaços, uma contundente miscibilidade e um despreendimento para viver em ambientes ecológicos distintos, diversos e até hostis. O que eu quero ressaltar aqui é o fato de que a obra de Gilberto Freyre é datada de 1933, justamente no período em que esforços se concentram para dar uma outra interpretação sobre o Brasil e onde a mestiçagem ocupa um lugar de positivo relevo. O curioso é observar a força dessa interpretação tanto na fala de um representante do mundo acadêmico-científico quanto na de Elsa Soares que, ao montar o repertório do recital que fará como representante do Brasil, incluiu de forma superdestacada a música *Aquarela do Brasil*.

Nesses três discursos há uma convergência: todos remetem a questão racial no Brasil. Nesse sentido, é oportuno lembrar que no início do século XX era intensa a discussão sobre a constituição da nação brasileira nos meios político, científico e intelectual. Ressoava de forma bastante desconfortável nas elites brasileiras o parecer que estudiosos europeus e norte-americanos produziram sobre o Brasil. Tanto Gobineau, na França, quanto Louis Agassiz, nos Estados Unidos, teceram considerações sobre o Brasil nos seus livros. Ambos estiveram aqui, tendo Gobineau, inclusive, exercido o cargo de embaixador. Para eles, o país era inviável porque os mestiços constituíam a grande parcela da população. Os cruzamentos entre branco, negro e índio eram vistos como altamente indesejáveis para a preservação, progresso e bem-estar de uma nação. O mestiço era considerado um elemento de degeneração, uma vez que se constituía num tipo híbrido, indefinido, e, conseqüentemente, desprovido da vitalidade necessária para responder aos desafios da vida. Para estes estudiosos, o Brasil apresentava não apenas perspectivas sombrias, mas também, era o exemplo dos efeitos deletérios da mestiçagem: atraso, miséria, preguiça, ignorância e doença.

Contudo, as elites brasileiras ansiavam introduzir-se no mundo da “civilização” e, conseqüentemente, da modernização. Procu-

raram, então, um modelo explicativo que permitisse a solução para o diagnóstico de mestiçagem racial como causa do estado de indigência do país. As concepções deterministas de raça, em vigor na Europa, são elaboradas aqui em torno da teoria do branqueamento. Baseada na superioridade da raça branca e na inferioridade das demais, tal teoria supunha que o negro estava fadado a extinção e o elemento branco predominaria na “dosagem” dos mestiços. Isto ocorreria através de dois mecanismos: a seleção natural e a seleção sexual. Pela seleção natural se explicava a inexorável extinção do negro supondo que ele era portador de baixa taxa de natalidade, de propensão a doenças e da incapacidade de civilizar-se. Pela seleção sexual, se engendrava uma outra visão da miscigenação. Esse mecanismo possibilitaria a reprodução de indivíduos mais claros porque a preferência por um parceiro recairia sobre o branco. Além disso, como a teoria do branqueamento sustentava a idéia da superioridade da raça branca e pretendia criar uma positividade para o fato da miscigenação, ela afirmava que mesmo na união com indivíduo portador de uma herança negra o elemento branco predominaria. Essa teoria não estava apenas no plano do pensamento social brasileiro. Ela se encontrava incorporada à visão oficial e, portanto, servia como instrumento para a formulação de políticas de migração e colonização. Regulamentos e leis, que deliberavam sobre a entrada de trabalhadores estrangeiros no país, eram elaboradas a partir dessas concepções. Através da teoria do branqueamento, a Primeira República procurava produzir instrumentos de intervenção que possibilitasse a homogeneização do povo brasileiro: ele se tornaria basicamente branco. Com isso, o Estado estaria dotado de uma nação apta a participar dos benefícios do progresso junto as demais nações “civilizadas”. *Em última instância, o que estava em jogo, ao olhos da elite, era a possibilidade de o Brasil vir a se transformar numa população de inferiores e incapazes de civilização. Dessa maneira, o branqueamento era percebido como*

o instrumento que viabilizaria a construção da nação. Ela não apenas “melhoraria” a pele dos indivíduos, mas também, os seus cérebros: melhor caráter, brilhante inteligência e vigorosa capacidade empreendedora.

Seyferth (1985) analisando esta teoria trabalha com a tese de João Batista de Lacerda, antropólogo e diretor do Museu Nacional, a partir de dois textos. Um, apresentado no “Primeiro Congresso Universal das Raças – Londres (1911) e o outro (1912) em resposta às críticas que recebera quando da divulgação do primeiro. Levando em conta o contexto político e científico da época, o exame da autora se detém basicamente, a apontar as contradições e ambigüidades presentes na argumentação de Lacerda. Ela afirma que Silvio Romero, em 1888, foi um dos primeiros autores a tratar a teoria do branqueamento de forma sistemática e que, portanto, antes de Lacerda lhe conferir status de ciência, estas idéias já circulavam no meio do público. A questão em foco é o fato de Lacerda ter ido ao congresso representando o governo brasileiro e, por isso, investido na condição de porta-voz do pensamento oficial. Seyferth aponta que o desafio de tal teoria, frente ao mito ariano prevalecente, era demonstrar como através da miscigenação se alcançaria uma nação constituída por uma raça superior. Ou seja, como se alcançaria a condição de branco num país onde predominam o negro e o mestiço. Seyferth mostra os artifícios de raciocínio e o malabarismo lógico que o autor produz para juntar proposições mutuamente excludentes, como por exemplo, afirmar que todas as raças são iguais e, ao mesmo tempo, apresentar o negro como incapaz de atingir o estágio da “civilização”. Ao longo do texto, Seyferth tem a preocupação de apontar para a dimensão ideológica da teoria do branqueamento e seus objetivos políticos dentro do contexto da Primeira República. Além de dar sustentação a política imigracionista brasileira, dirigida para contingentes brancos, ela tinha no seu bojo uma justificativa para o colonialismo: os brancos, por natureza, mais evoluídos e superiores estavam habilitados a conduzir negros e mestiços.

É nesse ambiente político e intelectual que Roquete Pinto inicia, em 1919, a pesquisa para a determinação dos tipos antropológicos brasileiros, que pretendia ser uma contribuição do Museu Nacional às comemorações do centenário da Independência. O ano de 1822 marcara, com um ato de Dom Pedro I às margens do Ipiranga, a pretensa ascensão do Brasil à categoria de “nação livre e soberana”. O ano de 1922, por seu turno, pretendia inaugurar, com a ajuda da ciência, a consciência do “brasileiro” sobre si próprio. A pesquisa de Roquete Pinto vinha atender à pergunta sobre quem são os “brasileiros”, respaldando-se nas técnicas antropométricas do alemão Rudolf Martin que, criando novas possibilidades de medir o corpo humano, de forma minuciosa, tornara-se um autor de referência. Além dessa corrente, Roquete Pinto busca a vertente francesa liderada por Bertillon que, introduzindo outros cálculos estatísticos, ampliou as interpretações e o manejo dos dados.

Assim, munido de um arsenal teórico, metodológico e técnico, Roquete Pinto parte para produzir uma interpretação sobre a constituição racial do Brasil. Naquelas circunstâncias históricas, esta aspirava por ser a representação fiel do país, uma vez que, além de ser gerada com base na ciência da época, era feita por um nativo. Seria a fala da própria nação frente às atribuições vinda de fora, notadamente da Europa e dos Estados Unidos. O nativo em questão era a voz da Antropologia Física da época e tinha o aval de ser o diretor de uma instituição do porte do Museu Nacional.

Para determinar os tipos antropológicos brasileiros, Roquete Pinto faz o levantamento de medidas em cerca de 2.000 indivíduos nascidos em todos os estados do Brasil e na faixa etária entre 20 e 22 anos. A pesquisa é publicada na íntegra, pela primeira vez, em 1928, no volume XXX dos Arquivos do Museu Nacional. Posteriormente, em 1933, é incluída numa coletânea de textos do próprio autor com o título “Ensaio de Antropologia Brasileira”.

A partir dos dados coletados, ele distribui a população brasileira em quatro classes denominadas de Leucodermo (branco), Phaiodermo (branco x negro = mulato), Xanthodermo (branco x índio = caboclo), Melanodermo (negro). Esta classificação se torna de ampla utilização não somente no campo da Antropologia Física, onde as pesquisas passam a tomá-la como ponto de partida, mas também, na literatura nacional. Esta receptividade extensa se deve, entre outras razões, ao fato de Roquete Pinto ser a pessoa no Brasil a fazer este tipo de estudo e não ter formado ninguém com a sua envergadura intelectual. Naquele momento, ele era a última palavra da ciência antropológica no Brasil. Seu trabalho marca o momento histórico em que a Antropologia se volta para estudar o homem miscigenado, com o objetivo de examinar se o atraso do país estava associado à composição genética do seu povo, como sustentava a visão de fora. É interessante notar que Roquete Pinto usava o termo “brasiliano”, provavelmente para distinguir a perspectiva de quem examina uma realidade de dentro e, por isto, acredita ter os requisitos para fornecer elementos singulares para a sua compreensão.

A apresentação dos resultados de sua pesquisa, contidos no capítulo XV dos “Ensaio de Antropologia Brasileira”, segue dois momentos distintos e pretende desfazer a conexão entre atraso e mestiçagem. Seu intento é provar que a causa da ineficiência brasileira situa-se para fora do corpo de sua gente.

Usando uma linguagem marcada pela simplicidade, trabalha com duas modalidades de dados: o histórico e o antropométrico. Nos momentos iniciais, quando está situando o problema e criando as condições necessárias para o surgimento da pergunta pertinente, ele trabalha com dados históricos. Estes são do conhecimento corrente e, portanto, de fácil assimilação pelo leitor, não exigindo esforço de raciocínio nem de concentração. Ele cita o movimento bandeirante, a ocupação da Amazônia e a conquista de Rondônia como exemplos variantes de um único fenômeno: a capacidade do “mestiço” em trabalhar e se

apropriar da riquezas do país. Posto isto, ele afirma: *“visto que seu modo de agir na luta pela conquista da terra não permite que se considerem os mestiços do Brasil como gente moralmente degenerada, vejamos si as suas características antropológicas mostram sinais de decadência anatômica ou fisiológica: vejamos si é gente fisicamente degenerada”* (1933:125). Ele gera, assim, um desafio e uma curiosidade. Isto lhe permite criar um terreno favorável para introduzir dados antropométricos (índices numéricos, gráficos, tabelas explicações sobre metodologia estatística), os quais exigem um nível maior de abstração e interesse para seguir na leitura. Contudo, uma mesma linha de raciocínio comparativo domina toda a análise destes dados. Roquete Pinto toma como parâmetro principal o tipo branco. Para tanto, a primeira providência é provar, através da estatística, que esse é o tipo predominante na população brasileira. Isto lhe possibilita desmentir Gobineau e Agassiz, como também, apontar para a pretensão em forçar uma mudança da posição do Brasil no panorama internacional da época. O argumento embutido, neste momento da análise, é que a população brasileira é branca, portanto, o país é potencialmente viável. Nas demonstrações seguintes, as medidas de estatura, índices nasal e cefálico de mulatos e caboclos aparecem com um afastamento pequeno quando comparados com as medidas encontradas para o tipo branco. Com isto, Roquete Pinto produz o argumento de que a miscigenação não é biologicamente deletéria e, portanto, mulatos e caboclos não são a causa do atraso do país. Além disto, como as causas desta falta de progresso não residem na constituição biológica do povo, é preciso identificá-la no ambiente e tratá-las através da educação.

Assim, por um lado, Roquete Pinto reafirma a crença na existência de uma hierarquia racial na qual a branca é superior às demais e, por outro, rompe o vínculo entre mestiçagem e atraso. Com isso, ele abre um veio para a construção de uma outra narrativa

sobre o país, de uma outra tradição na qual se faça o elogio à mestiçagem.

É com a Revolução de 30, abrindo caminho para a implantação do Estado Novo, que a mestiçagem, vista em sua positividade, vai encontrar abrigo. Nesse regime que se inicia em 1938 e vai até 1945 há o fortalecimento do executivo e a centralização político administrativa. Isto gerou medidas como o fechamento do Congresso e das Assembléias estaduais, a suspensão dos partidos políticos, das associações e dos direitos individuais. Enquanto isto, o aparato repressivo e as Forças Armadas eram aperfeiçoadas. Além do autoritarismo, o Estado Novo combina fortes marcas de conservadorismo e nacionalismo como princípios que organizavam o pensamento político e a vida nacionais. Conservadorismo concebido dentro de uma visão de mundo que privilegia a tradição, a hierarquia e a ordem. Nacionalismo, por sua vez, engendrado na percepção de que a nação é um dado da natureza e, por conseguinte, de existência e criação imemoriais precisando apenas ser reconhecida. Através do nacionalismo, o Estado Novo se empenhava em indicar traços étnicos, culturais, geográficos e históricos que pudessem definir noções como brasileiro e brasilidade (Lippi, 1982: 14-30). Uma das estratégias utilizadas para construir este nacionalismo é uma retomada do passado colonial português. Nele estaria contido as referências do verdadeiro Brasil. A larga influência européia durante a Primeira República era apontada como responsável pelo abandono das tradições, da cultura e da história do país. Assim, volta-se para o passado e elege-se a colonização portuguesa. Ela é vista como dotada de peculiares qualidades as quais possibilitariam a existência de um país de dimensões territorial, ética e cultural excepcionais. A plasticidade adaptativa do português, sobretudo sua tolerância racial, era um dos pontos de ênfase. Com isso e os trabalhos de Roquete Pinto estava preparado o terreno para produzir uma positividade em torno da questão da mestiçagem. O negro, o índio e o branco são

apresentados como os elementos constitutivos de um povo exemplar. Instala-se, então, uma louvação à mestiçagem.

Dessa forma, o que está sendo afirmado, na segunda metade da década de 90 deste século, pela cantora Elsa Soares, pelos migrantes brasileiros na cidade de São Francisco e pelo professor Botelho tem um trajeto. Ele pode ser localizado no início da década de 20 com desdobramentos que ganham contornos mais definidos na experiência do Estado Novo. É neste instante, portanto, que esta visão sobre o povo brasileiro ganha magnitude. Sua presença, em 1999, aponta para uma continuidade, uma permanência e significa que algo se constituiu como tradição. Hobsbawm (1984) demonstra que, freqüentemente, certas tradições consideradas antigas são, na realidade, recentes. Trabalhando com a noção de “tradição inventada”, este autor faz a ressalva de que, apesar de ser um termo amplo, não é indefinido pois nele se “inclui tanto as tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo”. No caso aqui exposto, não se trata de algo difícil de localizar no tempo. A exaltação à mestiçagem, enunciada nas formulações do professor da Universidade Federal do Ceará, vem acompanhada de uma glorificação ao samba e ao Rio de Janeiro nos discursos da cantora Elsa Soares e dos migrantes brasileiros nos Estados Unidos. Todavia, todos esses casos demonstram que o Estado Novo ainda está presente, balizando o olhar sobre os indivíduos e os grupos que habitam um território

chamado Brasil. Esses discursos parecem acenar na direção do que diz Marx (1984), ao chamar atenção para a tradição que insiste em perdurar: eles são “os mortos que martelam o cérebro dos vivos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castro Faria, Luís. *Pesquisa de Antropologia Física no Brasil: História*. Rio de Janeiro: Boletim do Museu Nacional, 13: 1-106, 1952.
- Freyre, Gilberto – *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- Gould, Stephan – *A Falsa Medida do Homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Hobsbawm, Eric & Ranger, Terence – *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Lippi, Lúcia (org.) – *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Marx, Karl – *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- Morales, Lúcia Arrais – *Vai e Vem, Vira e Volta: As Rotas dos Soldados da Borracha*. Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional, 1999. Tese.
- Moura, Gerson – *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Reis, Rossana & Sales, Teresa (org.) – *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- Roquete Pinto, Edgar – *Ensaio de Antropologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.
- Seyfert, Giralda – *A Antropologia e a Teoria do Branqueamento da raça no Brasil: A tese de João Batista de Lacerda*. In: Revista do Museu Paulista (5), São Paulo, Museu Paulista (30), 1985.